

ATA DA CENTÉSIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e três deu-se início a Centésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, presidida inicialmente por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Estiveram presentes os conselheiros titulares: Elisabete Borgiani (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); José Fernando da Silva (ABONG); Marcos Antônio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da República); Denise Doneda (MS); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Glauber Maciel Santos (MTE – parcialmente); Wânia Ribeiro Tavares (MAPS); e Max Halley Sudário de Lima e Silva (MP). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: André Sabóia Martins (MRE); Marilda Marfan (MEC); Ricardo Nascimento de Avelar Fonseca (Ministério do Esporte); Tânia Mara Eller da Cruz (MP); e Clóvis Ubirajara Lacorte (Casa Civil). Por motivo de ausência justificada do conselheiro da ABMP, foi convocado e esteve presente a representante da Pastoral da Criança Beatriz Hobold. Estiveram ainda presentes os conselheiros não governamentais suplentes: Vicente Falqueto (UBEE); Welinton Pereira da Silva (Visão Mundial) Jessimar Dias Pereira (Inspetoria são Bosco – Salesiano); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM); Alexandre Schneider (Fundação Abrinq), Vicente Faleiros (CECRIA) e Miguel Angel (Conselho Federal de Psicologia) – Pauta- **I Abertura dos trabalhos**: Dando início a assembléia, o Presidente abriu os trabalhos dando as boas-vindas ao novo Secretario Especial dos Direitos Humanos Nilmário Miranda e ao Secretario Adjunto Mário Mamede, aos novos conselheiros da Sociedade Civil que

estão assumindo mandatos, aos antigos conselheiros pelo início do exercício e demais visitantes. **II – Eleição da Presidência e Vice – Presidente do Conselho:** O Presidente informou a todos que há três anos o Conselho deliberou pela alternância na Presidência e Vice – Presidência e que durante os últimos três anos a sociedade civil exerceu o mandato, sendo um por eleição e dois anos por indicação dos conselheiros governamentais para continuidade, por considerar que a administração estava correspondendo as expectativa do Conselho, porém, neste ano a vez era da representação governamental. A palavra foi franqueada aos conselheiros, tendo sido registrado os pontos que seguem: 1) O Secretario Executivo do Ministério do Esporte Francisco Gil Castelo Branco Neto falou do interesse do Ministério do Esporte em participar do Conselho como órgão titular, e se possível assumir a vice-presidência; 2) O conselheiro Osvaldo falou das dificuldades havidas quando a Presidência do CONANDA era ocupada por Ministro de Estado e ressaltou a importância do próximo Presidente governamental não só ocupar o cargo, mas as atribuições do mesmo para o cumprimento da sua missão. O conselheiro ponderou que o conselheiro eleito deve ter a consciência do volume de trabalho e verificar a disponibilidade de tempo para que não haja retrocesso; 3) O conselheiro Ivanildo enfatizou a necessidade de rever a composição do Conselho, tendo em vista as mudanças havidas na estrutura dos Ministérios e do Governo Federal, inclusive com novas nomenclaturas de alguns órgãos públicos; 4) O conselheiro Marcos considera legítimo o Ministro ou Secretario de Estado ser o Presidente do Conselho. Concorda com o conselheiro Ivanildo que a Lei deve ser mudada para as devidas adequações. Neste momento a assembléia foi interrompida por quinze minutos para que os conselheiros governamentais definissem o nome do candidato a Presidência, Após este período foi informado o consenso à indicação do nome do Secretario Especial dos Direitos Humanos/PR Nilmário Miranda. A indicação do nome de Nilmário Miranda foi aprovada por aclamação da plenária. Com relação à Vice-Presidencia, a Sociedade Civil indicou o conselheiro José Fernando da Silva, representante da Associação Nacional de Organizações Não-

Governamentais – ABONG. O nome do Vice-Presidente também foi aprovado por aclamação. Neste momento o Ex-Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva passou a direção dos trabalhos ao novo Presidente que passou a coordenar a assembléia. O novo Presidente assumiu o compromisso de estar presente nas assembléias e quando houver compromissos inadiáveis o Secretário Adjunto deverá estar presente. Propôs reforçar a estrutura da Secretaria Executiva para agilizar e efetivação das reuniões do Conselho. Concordou com a proposta de reformulação do Decreto com a nova composição dos Ministérios, bem como propôs a inclusão de novos ministérios para compor o Conselho. Para o Presidente o CONANDA deve ter papel importante de interlocução com a Sociedade e que há interesse do governo nessa discussão para o fortalecimento do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras instâncias relativas à área da criança e do adolescente. Com relação aos conselheiros governamentais, o Presidente irá comunicar-se com todos os ministérios para efetivação dos antigos conselheiros ou indicação de novos representantes.

III – Aprovação da Pauta – O Presidente submeteu a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos. **IV – Aprovação da Ata da Nonagésima Nona Assembléia Ordinária do CONANDA** – A Ata da Nonagésima Nona Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes. **V – Restropectiva das Ações executadas em dois mil e dois e apresentação das ações a serem desenvolvidas no exercício de dois mil e três** – O Conselheiro Cláudio fez a restropectiva das ações executadas no exercício de dois mil e dois, ressaltando que o Plano de Ação para dois mil e três foi construído a partir das ações realizadas no exercício anterior. Foram destacadas as principais ações a serem desenvolvidas neste exercício como segue: 1)Elaboração do Orçamento do FNCA; 2) Acompanhamento e monitoração dos Convênios/FNCA; 3) Monitoração do Pacto pela Paz; 4) Monitoração das Diretrizes Nacionais para a Política de atenção Integral à Infância e a Adolescência e do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil; 6) Continuar a interlocução sobre crianças e adolescentes indígenas; 7) Crianças e

Adolescentes com necessidades especiais; 8) Manter interlocução com a Frente Parlamentar sobre questões pertinentes a crianças e adolescentes; 9) Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; 10) Integração com o Programa Bolsa Escola); 11) Proteção ao Trabalhador adolescente; 12) Articulação com o Congresso Nacional; 13) Conselho Tutelar; 14) Elaboração de Plano Nacional de Diretrizes para Capacitação dos Operadores do ECA; 15) Pesquisa sobre inimputabilidade penal do adolescente infrator; 16) Análise de Projetos); 17) Normatização do repasse fundo a fundo; 18) Normatização das Medidas Socioeducativas; 19) Interlocução com o Governo Federal visando a definição e o acompanhamento de programas e projetos na área da criança e do adolescente, inclusive o Programa Fome Zero; 20) Revitalização da Comissão CONANDA/CNAS-

VI - Composição das Comissões Temáticas e Criação da Comissão Organizadora da V Conferência Nacional – A nova composição das Comissões Temáticas ficou assim definida

1) **Políticas Públicas** Elisabete Borgiani – CFESS; José Fernando da Silva – ABONG; Maria Izabel da Silva – CUT; Maria das Graças Cruz – CNBB; Marilda Marfan – MEC; Denise Doneda-MS; André Sabóia – MRE; Ivanildo Franzosi (Casa Civil); e os conselheiros suplentes da sociedade civil Alexandre Schneider – Fundação Abrinq; Beatriz Hobold – Pastoral da Criança; Miguel Angel – Conselho Federal de Psicologia; Marcelo Gentil – IPAM. Esta Comissão assumi também a Coordenação da V Conferência Nacional a ser realizada no final do exercício. Coordenação – Elisabete Borgiani e relatoria Marilda Marfan; 2 - **Orçamento e Finanças**: Cláudio Augusto Vieira da Silva – Fé e Alegria; Saulo de Castro Bezerra – ABMP; Marcos Antonio Paiva Colares – OAB; Alessandro Victor Gama da Silva - MNMMR; Max Halley Sudário de Lima e Silva (MP); Tânia Cruz – MP e os conselheiros suplentes Jessimar Dias – Inspeção São João Bosco; Welinton Silva-Visão Mundial. Coordenador da Comissão – Cláudio Augusto e relatoria a conselheira Tânia Cruz; 3) **Articulação e Comunicação** – Laura Rossetti – Fenapaes; Rachel Niskier – SBP; Wânia Ribeiro Tavares – MAPS; Maristela Gonçalves – ME e Vicente Falqueto – União Brasileira de Educação e

Ensino. Coordenadora: Maristela Gonçalves e relatora Laura Rossetti; 4) **Legislação** – Osvaldo Marcolino – MF e Saulo de Castro Bezerra – ABMP. A Coordenação ficou com o Ministério da Fazenda e a relatoria com a ABMP. **VII – Apresentação da Nova estrutura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos/DCA a qual o CONANDA está vinculado** – O Presidente informou que de acordo com a Medida Provisória número cento e três, de primeiro de janeiro de dois mil e três, a Secretaria tem como estrutura básica, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, o Gabinete e até três Subsecretarias. Ressaltou que possivelmente será incluído na estrutura da SEDH a Secretaria Nacional Anti-Drogas, após passar por um novo ordenamento. O DCA passará ser Subsecretaria aumentando o poder da intersectorialidade. Para ele, o grande desafio é interferir nas ações de governo como um todo e garantir a transversalidade na área da criança e do adolescente. A segunda Subsecretaria de Gestão abrangerá o gabinete, planejamento, logística, cooperação e interação internacional, formalização de convênios e análise de prestação de contas. Haverá uma Secretaria para suporte à todos os Conselhos, objetivando racionalizar as suas ações. Para o Presidente as alterações propostas objetivam aumentar a capacidade e agilidade da SEDH. O Presidente informou ainda que a pedido do Senhor Presidente da República foram priorizadas quatro ações: 1) Erradicação do Trabalho Escravo; 2) Erradicação do Trabalho Infantil (Todas as formas de trabalho infantil); 3) Programa de Documentação Civil Básica; 4) Programa para a juventude. O grande desafio da Secretaria é o fortalecimento dos Conselhos para integração das políticas públicas, para que os mesmos sejam realmente espaços de formulação e articulação de políticas. O Presidente ressaltou que o CONANDA terá papel decisivo no PPA para os três anos de governo, na definição de ações que respondam aos interesses tanto do governo como da sociedade. Com relação ao aumento de cargos

para a Secretaria Executiva o governo não está autorizando novas contratações tendo em vista a grave situação do país e a vulnerabilidade do mesmo em caso de guerra dos Estados Unidos com o Iraque. Quanto ao contingenciamento dos recursos, o Presidente considera que o mesmo pode ser recuperado. O Presidente abriu o debate onde foram registrados os pontos que seguem: 1) a conselheira Elisabete pediu esclarecimentos sobre a decisão do governo em reduzir o Risco Brasil, aumentar a expectativa do superávit primário e elevar os juros e como viabilizar as ações do Conselho sem recursos. O Presidente fez uma rápida explanação da situação do país e as providências do governo de transição para estabilização da inflação nos meses de novembro e dezembro de dois mil e dois, daí a necessidade de aumento dos juros e do superávit primário; 2) A conselheira Maria Izabel manifestou a sua felicidade em saber que o trabalho infantil foi priorizado pelo novo governo. Ressaltou a integração que já existe nesta linha, inclusive ressaltou que a Comissão Especial do CDDPH sobre o trabalho escravo, trabalho forçado e trabalho infantil tem muitas ações que integram as políticas e programa de governo. Informou também sobre a realização do Seminário Internacional de Combate à Pobreza, realizado no final do exercício passado, onde foram criadas câmaras temáticas por faixa etária com propostas para adolescentes e para a juventude as quais poderão subsidiar o programa para juventude proposto pela SEDH. A conselheira indagou como está sendo pensado pelo novo governo a união dos atores envolvidos com a questão. Questionou ainda sobre os novos rumos dos Programas Agente Jovem, Peti e Sentinela, considerando-os de extrema importância nesse processo de prioridades da SEDH. O Presidente informou que todos os diagnósticos e estudos serão aproveitados e caso seja necessário serão feitos alguns ajustes para torná-los políticas públicas, definindo ações de curto, médio e longo prazo, dentro de uma nova orientação política para incluí-los no PPA; 3) O conselheiro Cláudio abordou a questão da estrutura da Secretaria Executiva do CONANDA, alegando que além da infraestrutura para o funcionamento das Comissões, há necessidade de ampliação do quadro de pessoal para apoio

às mesmas visto que o quadro atual não dá condições de absorver as ações propostas. A outra preocupação abordada foi com relação as instalações físicas do CONANDA, ressaltando que há mais de seis anos o Conselho lutou por um espaço mais adequado e que o espaço físico ocupado atualmente comporta as reais necessidades do Conselho. A sua preocupação é que com as mudanças propostas, haja perdas no espaço físico do Conselho. O conselheiro solicitou esclarecimento sobre a situação. O Presidente informou que embora a SEDH esteja ligada a Presidência da Republica a estrutura física continuará como está no Ministério da Justiça. A Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente Denise Paiva complementou as informações alegando que é seu interesse unificar o funcionamento do DCA no quarto andar e que o espaço físico existente è insuficiente e as condições inadequadas, porém a situação não está definida tendo em vista que nenhum setor quer perder seus espaços; 4) O conselheiro suplente Welinton propôs que diante a nova realidade do pais o governo federal retire da pauta a questão do rebaixamento da idade penal e outros assuntos na área da criança e do adolescente que sejam objeto de discussões. A conselheira Elisabete considerou conveniente a proposta alegando que um dos argumentos principais é a questão da Clausula Pétrea e que por causa dos debates que estão ocorrendo para reforma da Previdência Social, discuti-se também a questão do direito adquirido e do direito constitucional e que há o risco de, neste quadro, algumas das Cláusulas Pétreas da Constituição serem revistas, por essa razão o Conselho deve estar atento. O Presidente ressaltou que o Governo, o PT e ele próprio são contra o rebaixamento da idade penal. Apesar disso todos devem estar motivados e mobilizados no assunto construindo uma agenda positiva para a infância e adolescência; 5) O Secretario Executivo do Ministério dos Esporte abordou a questão do corte de oitenta e oito por cento de orçamento do Ministério e a importância da aprovação da Resolução do CONANDA dispondo sobre a captação de recursos para projetos esportivos sociais. Falou das articulações do Ministério com o Sistema S e com o Ministério da Defesa, objetivando parcerias para cedência dos espaços físicos disponíveis para pratica de esporte.

VIII – Aprovação da nova Resolução do CONANDA alterando a Resolução número oitenta e quatro, de dezembro de dois mil e dois – A Comissão de Legislação submeteu à plenária a minuta da Resolução dispondo sobre a captação de recursos e criação da Comissão de Chancela para análise de projetos esportivos sociais, tendo a mesma sido aprovada com correções pertinentes; **IX – Debate para definição da participação do CONANDA no Programa de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil** – Inicialmente a Secretaria Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes fez uma esplanção conceitual do Plano Nacional de Enfrentamento, ressaltando que a luta da sociedade civil junto ao Governo Federal é para que o plano não fique só no papel, mas que seja operacionalizado, inclusive com orçamento definido. A conselheira Rachel alegou que o papel do CONANDA não é de executor, mas de articulador para a promoção e fomento das unidades federadas. O CONANDA tem um papel fundamental junto aos Conselhos Estaduais para a redução da violência sexual. O conselheiro Vicente Faleiros informou que o CECRIA realizou várias ações pioneiras até culminar com a criação do Comitê Nacional. Para ele, a decisão do Presidente da República deu novo impulso às ações que já vinham sendo desenvolvidas. Falou da necessidade não só de campanhas repressivas, mas também campanhas educativas, envolvendo os vários segmentos que atuam nesta área. O conselheiro Alessandro falou do trabalho escravo sexual. Concorde com o conselheiro Vicente que a ação não pode ser só repressiva, mas que deve haver uma ação integrada e a partir do que já foi feito, além de sintonizada com o eixo dos direitos humanos. Outra questão abordada foi a falta de estrutura de pessoal nas delegacias, inviabilizando qualquer ação. O Presidente informou que o governo criou o Comitê Intersetorial para discutir o assunto e que já houve uma reunião com a presença de quinze representantes de Ministros e que cada ministério já indicou seu representante para um trabalho conjunto governo e comitê, a fim de propor os ajustes necessários ao enfrentamento da violência sexual infante-juvenil. O conselheiro suplente Welinton considerou

importante o governo ter colocado o assunto na agenda das prioridades, por que veio respaldar as ações que já vinham sendo desenvolvidas pela sociedade civil. A Conselheira Maria Izabel ressaltou a campanha desenvolvida com os caminhoneiros sobre o assunto, promovida pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Transporte. A conselheira propõe aprofundar a questão em consonância com a Convenção Cento e Oitenta e Dois, da OIT. Informou que no Estado de São Paulo esta sendo criados os Comitês Estaduais sobre o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. A conselheira ressaltou ainda os informes prestados pela gerente do PETI, na última assembléia do CONANDA com dados significativos de denúncias sobre a exploração sexual no trabalho infantil doméstico. A conselheira Elisabete apresentou voto de louvor sobre a proposta de realização do Colóquio sobre o sistema de notificação a realizar-se no mês de março de dois mil e três, promovido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, por considerar que uma denúncia mal apurada pode ferir os direitos humanos do outro. O conselheiro Marcos informou que há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que regulamenta o trabalho dos profissionais do sexo ressaltando a prioridade absoluta para as ações específicas voltadas para crianças e adolescentes devem continuar sendo tratadas dentro da perspectiva da legalidade. O representante do Ministério das Relações Exteriores André Sabóia informou que com relação as deficiências havidas na área da cooperação internacional o Itamaraty esta tomando algumas medidas as quais foram levadas à reunião ministerial: 1) apressar a ratificação do protocolo facultativo aos direitos da criança e do adolescente sobre vendas, prostituição e pornografia infantil, para favorecer o desenvolvimento de ações de cooperação internacional dentro dos convênios bilaterais e multilaterais em relação aos países que tem fronteira com o Brasil, para tratar as questões indígenas, ambiental e outros; 2) aprofundar a cooperação com a OIT e UNICEF, incluindo a Convenção Cento e Oitenta e Dois que trata sobre as piores formas de trabalho infantil, A senhora Francisca informou que o Comitê de Enfrentamento recebeu documento do Conselho

Tutelar de Campo Grande, sobre crianças indígenas vítimas de abuso sexual. A conselheira Maria Izabel informou que o assunto já vem sendo tratado no CONANDA. Na oportunidade foi informado à Secretaria Executiva do Comitê a confirmação do nome da conselheira Rachel Niskier Sanchez para representar o CONANDA. A Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente Denise Paiva apresentou a proposta da nova estrutura organizacional da Subsecretaria da Criança e do Adolescente. Na nova estrutura os programas tiveram nova concepção, ficando o Sistema de Garantia subdividido em três Gerências; Defesa, Promoção e Garantia e também a Gerência de Adoção. Com relação a adoção internacional, tendo em vista uma série de deficiências para encaminhamento das demandas, o programa está sendo desenvolvido no gabinete do Secretária Especial dos Direitos Humanos. Com relação a elaboração de processos de convênio, prestação de contas e supervisão, a Diretora informou que essas ações estarão ligadas diretamente à Subsecretaria de Gestão. A Diretora fez uma breve avaliação da execução das ações do Departamento no exercício anterior, considerando-a excelente e que neste exercício será dada prioridade ao monitoramento das ações. As prioridades da Subsecretaria enviadas ao Ministério do Planejamento foram: 1) implementação do núcleo de atendimento e apoio à rede para enfrentamento da violência infanto-juvenil. Neste sentido, a conselheira Maria Izabel propôs a retomada do Grupo de Trabalho CONANDA/DCA, objetivando o desenvolvimento de ações integradas. A conselheira propôs ainda ação integrada do Projeto Sentinela com o Sistema de Garantia de Direitos e que o assunto fosse discutido na assembléia do CONANDA. O conselheiro Cláudio falou da ação governamental contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e propôs convidar o Ministério da Assistência e Promoção Social/Projeto Sentinela para na próxima assembléia do Conselho apresentar as ações do programa, com a presença Comitê nacional. **X – Aprovação do Representante do CONANDA no Conselho de Segurança Alimentar-CONSEA-** Foi indicado pelo Presidente e aprovado pela plenária o nome do conselheiro Cláudio Augusto para representar a

sociedade civil no referido Conselho. **XI- Apresentação das emendas aprovadas para o orçamento de 2003.** Estiveram presentes para esplanção dos trabalhos a Senhora Maria José Jaime (BIZEH); Jorge Marcos Freitas, assessor da Deputada Telma Souza; Amarildo Baessa. A Senhora Bizeh fez uma panorâmica sobre o trabalho preparatório das emendas a serem enviadas para o Congresso Nacional, objetivando incrementar o orçamento na área da criança e do adolescente em suas diversas rubricas num total de cem milhões e trezentos mil reais, representando o dobro do valor originalmente alocado. O Senhor Jorge complementou as informações considerando positiva a atuação junto às Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados. Para ele, o êxito embora relativo, foi fruto de intensas e freqüentes articulações com parlamentares nas comissões de segurança pública, participação legislativa, seguridade social e constituição e justiça. Ressaltou a importância do trabalho dos Deputados Jorge Bittar, Gonzaga Patriota e Luiza Erundina na defesa das referidas emendas. Segue abaixo os projetos/atividades que foram mais significativamente contemplados através das emendas: 1) Apoio à implantação e execução de projetos de combate à violência nas escolas; 2) Construção de Unidades de atendimento à adolescentes em conflito com a lei; 3) Implantação de serviços de atendimento à adolescentes com medidas socioeducativas não privadas de liberdade; 4) Atendimento socioeducativos ao adolescente em conflito com a lei; 5) Manutenção de unidades de defesa dos direitos de criança e adolescentes. O assessor ressaltou ainda sobre a falta de articulação política e sobre as dificuldades de inclusão das ações sobre o trabalho infantil no processo e sobre os avanços nos programas de reinserção social. O conselheiro Cláudio também salientou o empenho do Deputado Jorge Bittar na aprovação das emendas. O conselheiro José Fernando ressaltou a importância do CONANDA participar na elaboração do PPA e o representante do DCA Amarildo propôs uma discussão interna antes do PPA ser enviado ao Congresso Nacional. Para ele, o CONANDA deve articular-se com a Secretaria de Orçamento Federal-SOF para propor as alterações desejadas nos diversos programas. O assessor Jorge propôs que as articulações

também sejam feitas através da frente Parlamentar para monitoração da execução orçamentária. Foi deliberado reunião do CONANDA com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para o primeiro dia da assembléia do mês de março. No segundo dia da assembléia tiveram continuidade os pontos de pauta: XII – **Discussão sobre a situação do atendimento ao adolescente infrator no Estado do Piauí.** Inicialmente o Presidente convidou o Presidente do Serviço Social do Estado Roberto Jonh, a representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Senhora Sofia e a conselheira Tutelar Maria da Cruz, para participarem do Debate. O conselheiro suplente Vicente Faleiros fez uma breve retrospectiva sobre a situação do adolescente infrator no Estado, informando que o caso voltou à tona em função de uma rebelião havida na Penitenciária Irmão Guido, sendo adolescentes transferidos para a Casa de Custódia (segurança máxima) e Delegacias e que o CONANDA não pode tolerar essa situação. Para ele, o Estado deve criar uma Política para o adolescente infrator o mais urgente possível e terminar com a unidade provisória. A representante do Fórum também fez um breve relato da situação, ressaltando a expectativa de uma caminhada de esperança em virtude do novo governo. A representante denunciou que muitas vezes o adolescente é encaminhado para internação sem ter cometido ato infracional, sobrecarregando a capacidade da Unidade. A nova gestão ainda encontra dificuldades tendo em vista as mazelas do passado. A conselheira tutelar Maria da Cruz argumentou que só há medida de internação no Estado e quando o adolescente è apreendido vai direto para a internação. A conselheira informou que houveram várias articulações sem sucesso. Alegou também a não participação da Promotora Pública nas audiências com os adolescentes. Ela propôs reunião do CONANDA com as autoridades locais para discutir o assunto. O Presidente do Serviço do Estado, Senhor Roberto, fez uma breve esplanção de como o novo governo encontrou a situação e as ações já realizadas pela nova administração. Ressaltou que será implantado no Estado as medidas socioeducativas em meio aberto, mas que há um período de transição. Para ele há necessidade de

uma mudança de mentalidade no Estado e que essa mudança não se faz de hora para outra. Ele esclareceu que na segunda rebelião os adolescentes destruíram todo o sistema elétrico e hidráulico, daí a necessidade de transferência para a Casa de Custódia, alegando ter sido uma situação peculiar. Para ele, os municípios devem assumir a responsabilidade dos seus adolescentes, porém as Prefeituras pediram tempo para adequação. Foi informado ainda, que na data de hoje será entregue o prédio da SENTAC, porém, que o mesmo está apto apenas para semiliberdade e que serão encaminhados vinte e dois adolescentes para essa nova unidade. Haverá uma interface com o Programa Fome Zero e também como o Programa Primeiro Emprego. Para ele, o desafio é construir a rede de proteção no Estado e exigir o cumprimento do papel de cada um. Fez a entrega da documentação ao Presidente do CONANDA, solicitando o seu apoio e o estabelecimento de diálogo para solução do problema. O conselheiro suplente Vicente Falqueto se colocou a disposição do Estado para troca de experiência na construção de rede entre ONG, Prefeitura e Estado. Falou ainda sobre a importância da construção do processo pedagógico, pois sem este processo nada se resolve. O conselheiro Cláudio lembrou que no exercício passado o CONANDA disponibilizou recursos para o Estado para execução do Projeto sobre o Sistema de Garantia mas que por uma série de circunstâncias não foi possível repassar os recursos. Para a efetivação de uma ação articulada propôs os seguintes pontos: 1) Agilizar a defesa técnica dos adolescentes – urgente; 2) Efetivar uma parceria SEDH/CONANDA/DCA, para viabilização de repasse de recursos e regularização da situação dos funcionários das Unidades; 3) Formação de rede articulada e convocar as autoridades à sua responsabilidade. O conselheiro Osvaldo propôs que o estado se articule com os órgãos competentes para substituição da Promotora de Justiça por outro profissional sensível ao problema. O conselheiro Marcos considera que é necessário investigar as denúncias para se necessário, indicar a manifestação dos interessados à corregedorias do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado do Piauí e paralelamente fazer mapeamento da situação jurídica dos adolescentes em

privação de liberdade. Ressaltou também a necessidade de cumprimento da Resolução do CONANDA para as Unidades de Internação. Para o Presidente do CONANDA é possível a partir da atual estrutura construir um novo processo. Propôs a criação de uma Comissão para ir ao Estado, composta dos conselheiros Cláudio, Marcos e Fernando, UNICEF e um representante do DEPEM e da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. A Comissão deverá manter contatos com a Justiça, Ministério Público, Defensoria, Universidade e Ministério Público/Promotoria dos Direitos do Cidadão daquele Estado, para criação da rede de atendimento. Responsabilizou a Secretaria Executiva para officiar ao CEDCA, à Secretaria de Estado, ao Fórum Estadual DCA e ao CT sobre a decisão aprovada. A representante do CEDCA também fez a entrega de documentos sobre a situação do Estado. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença dos visitantes. Neste momento da assembléia foi apresentado o vídeo tape da Sociedade Brasileira de Pediatria, sobre a “Campanha Violência é Covardia As marcas Ficam na Sociedade” Ao final do VT a conselheira Rachel Niskier prestou homenagens ao Ex- Presidente Cláudio Augusto, pelo fim da sua gestão de três anos, enaltecendo suas as qualidades pessoais e profissionais, principalmente o seu lado criança no que ela tem de melhor que é a pureza, a generosidade, a determinação, a teimosia e a emoção. Entre outras qualidades foram ressaltadas às de excelente pai de família, companheiro e grande amigo. A homenagem das crianças da mangueira representam a sua luta de mais de vinte anos em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A conselheira deixou uma mensagem de paz, felicidade pessoal e profissional, desejando-lhes que o seu futuro seja tão brilhante quanto ele merece e que os seus companheiros de jornada vão estar sempre juntos para agradece-lo. **XII – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas:** No final da manhã e início da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos pertinentes às áreas de atuação. **XIV – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas: 1) Comissão de Políticas públicas -** A conselheira Maria das Graças fez o relato dos trabalhos conforme segue: a) recebimento de ofício do CEDCA-MG, solicitando tema da

V Conferência Nacional. A Secretaria Executiva deverá oficializar as deliberações aprovadas; b) recebimento de vídeo sobre violência – ABRÁPIA. A conselheira Beatriz irá preparar parecer para a próxima plenária; c) recebimento de ofício do Conselho Nacional de Educação, contendo respostas sobre dois documentos enviados pelo CONANDA: pacto pela paz e estudo comparativo entre a LDB e o ECA. Como o documento sugere agenda comum para tratamento do tema, citando dois pareceres e resolução CNE/CEB que se referem ao assunto, a comissão sugere que a conselheira do MEC tome conhecimento dos referidos pareceres para informar ao Conselho; d) recebimento de relatório sobre trabalho infantil proveniente do Gabinete de Segurança Institucional para análise e parecer. A conselheira Maria Izabel ficou responsável pelo parecer na próxima plenária; e) recebimento de relatório da reunião sobre o Trabalho Nacional de Enfrentamento à Violência Infância – juvenil. A Comissão deixou registrado que o CONANDA não foi convidado para essa reunião; f) recebimento de e-mail do Programa DST e AÍDS/MS, explicando o porquê da escolha da cantora Kelly Key como protagonista da campanha do carnaval de dois mil e três. A comissão propôs que a conselheira do MS faça as devidas explicações do porquê da escolha, em plenária; g) recebimento de correspondência do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil solicitando indicação do representante do CONANDA no Fórum Nacional. A comissão sugeriu e a plenária aprovou o nome da conselheira Maria Izabel; h) recebimento de correspondência da Associação de Moradores de Loreto, solicitando apoio para construção de creche. Enviar correspondência ao CMDCA solicitando informações sobre o assunto e informar ao interessado o encaminhamento proposto; i) oficializar ao Ministério da Assistência e Promoção Social solicitando a reativação da Comissão para o Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico em caráter permanente. A comissão sugeriu e a plenária aprovou a recondução do nome da conselheira Maria Izabel; j) pesquisa DCA – mapeamento das unidades de internação. Tendo em vista o acúmulo de assuntos para a próxima assembléia a pesquisa será apresentada no mês de abril. l)

oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando a composição da Comissão Tripartite para acompanhamento das Convenções Cento e Trinta e Oito e Cento e Oitenta e Dois, da OIT e agenda de trabalho. A comissão sugeriu e a plenária aprovou a permanência da conselheira Maria Izabel na referida Comissão; m) oficiar ao DCA a retomada do grupo de trabalho/DCA e solicitar indicação do representante. A Comissão indicou o nome da conselheira Maria das Graças para representar o CONANDA; n) oficiar ao Ministério da Assistência e Promoção Social para apresentação do Projeto Sentinela na próxima assembléia do Conselho. Com relação a V Conferência Nacional tendo em vista a exigüidade de tempo para o trabalho das comissões, foi e aprovado a troca de e-mails para apresentação de proposta até o dia vinte e um de fevereiro. A coordenadora da Comissão fará a síntese das propostas para fechamento na assembléia do mês de março 2)

Comissão de Orçamento e Finanças: O coordenador da Comissão Cláudio fez o relato dos trabalhos enfocando os itens que seguem: a) recebimento de Projetos de Apoio a capacitação de novos atores Sociais para o exercício da Defesa dos Direitos Civis. A Secretaria Executiva deverá oficiar ao interessado informando que o CONANDA não financia Projetos dessa natureza; b) recebimento de Projeto da Brasil Press para financiamento de ações. A Secretaria Executiva irá analisar e emitir parecer sobre o mesmo; c) recebimento de proposta da Senhora Ivanea Pastorelli para publicação da segunda edição do Manual de Imprensa e de Mídia. A Secretaria Executiva deverá emitir parecer sobre o pedido; d) recebimento de documento do Centro de Defesa Dr. Luciano Mendes, contendo Resolução número um do CEDCA-RJ que define o sistema de atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro; e) recebimento de resolução do CEDCA-CE, que aprova as diretrizes gerais para o atendimento socioeducativo de adolescentes autores de atos inflacionais no Estado do Ceará; f) recebimento de documentos da Unidade da Febem de Araquara-SP, denunciando as arbitrariedades, mentiras e maus-tratos cometidos naquela unidade; g) aprovação da minuta do edital sobre captação de recursos pelo FNCA para projetos

esportivos sociais; h) discussão da destinação dos recursos da Petrobrás. A comissão irá elaborar informativo aos Prefeitos para que os mesmos informem a situação dos municípios. 3) **Comissão de articulação e Comunicação** – A relatora da comissão Laura Rossetti apresentou o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem; a) recebimento de correspondência do CMDCA- Poços de caldas-MG, contendo Plano de Ação para o exercício e solicita apoio do CONANDA. A comissão respondeu o ofício, colocando o CONANDA como parceiro para a efetivação das ações e sugere o envio do Plano ao CEDCA; b) recebimento de correspondência do CMDCA- Macaé – RJ, contendo relatórios de dois processos de cassação de mandato de conselheiros tutelares. Respondido o ofício lembrando o Conselho sobre a necessidade de preenchimento das vagas, sob pena de paralização do Conselho Tutelar; c) recebimento de dossiê do Conselho Tutelar de Platina-SP. Foi respondido que a denúncia em questão deverá ser tratada e solucionada naquela instância, respeitando os direitos legais de municipalização, com apoio do CEDCA, se necessário; d) recebimento de e-mail da Senhora Ivanea Pastorelli solicitando a viabilidade do CONANDA financiar a nova edição do Manual sobre o Estatuto que está sendo indicado para a Comissão Andina de Juristas, encarregada do estado e organização de um guia de referencia. Foi respondido que o CONANDA não está com o seu orçamento definido; e) recebimento de correspondência do CEDCA-ES sobre impedimento legal de um candidato aposentado por invalidez candidata-se ao processo de escolha para conselheiro Tutelar. Informamos que a consulta feita necessita de manifestação de órgãos competentes, o que já foi providenciado pelo CONANDA tão logo seja obtido a resposta será informado; f) recebimento de correspondência do CMDCA-Salvador-BA, sobre as providências adotadas para o não fechamento dos Conselhos Tutelares. A conselheira Laura manteve contatos com o Presidente do Conselho, para colher maiores informações objetivando subsidiar parecer ficando decidido aguardar a aprovação do Projeto de Lei para posterior encaminhamento; g) recebimento de e-mail da Aplauso Eventos solicitando a divulgação

do VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva a ser realizado em julho do corrente. Informar que o site do CONANDA não está funcionando, porém tão logo seja possível será feita a divulgação; h) apresentação e discussão da Campanha Mídia e Conselhos, pela entidade Cipó-BA, sendo deliberado pelo convite a participação da Senhora Anna Penido da Cipó, para apresentação detalhada da Campanha na assembléia do mês de março. 4) **Comissão de Legislação** – O coordenador da Comissão informou a retomada das discussões sobre a normatização do repasse de recursos fundo a fundo e sobre o parecer a respeito do Projeto de Lei número sete mil, trezentos e dezoito, de dois mil e dois, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao crime organizado, violência e narcotráfico, aumento o prazo de internação dos adolescentes. O parecer será submetido à plenária do mês de março. Com relação ao novo Decreto de alteração da nova estrutura do Conselho, foi debatido sobre a necessidade de um prazo maior para aprofundar as discussões. No que diz respeito as discussões sobre as drogas licitas e ilícitas, foi aprovado também aprofundar o assunto para um posicionamento do Conselho frente a essas questões, ficando agendado para a assembléia do mês de abril. **XV – Assuntos Gerais-** 1) O conselheiro Marcos informou sobre sua representação no Seminário para discutir ações sobre crianças e adolescentes, promovido pela UNB; O conselheiro Cláudio falou sobre o recebimento de um conjunto de livros do Conselho federal de Psicologia, solicitando a utilização da logomarca do CONANDA. A Secretaria Executiva deverá solicitar a presença do CONANDA no evento de lançamento; 3) O representante do Ministério das Relações Exteriores informou que o relatório de Pais já foi redigido e posteriormente será enviado ao CONANDA; 4) A conselheira Maria Izabel informou que o relatório do Seminário sobre Narcoplantio está pronto e contém cento e trinta e duas páginas, quem se interessar deve solicitar ao CONANDA, via e-mail; 5) A conselheira Marida informou que a nova Secretaria de Ensino Fundamental do MEC será a titular no Conselho; 6) O conselheiro Marcos informou sobre a revista da OAB que trata da redução da idade penal e que se alguém se interessar é só pedir o endereço na

Secretaria Executiva do CONANDA ou da OAB; O Secretario Adjunto Mario Mamede sugeriu aprofundar as discussões para sensibilização de doação do Imposto de Renda pessoa física e jurídica ao FNCA. Propôs a operacionalização de campanha pelo SEDH, agindo como agente político para arrecadação das doações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda
Presidente do CONANDA